

**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, ATRAVÉS DA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E A SANTA CASA DE
MISERICÓRDIA DE BELO HORIZONTE, VISANDO A EXECUÇÃO DE
SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE.**

Processo nº: 01.095451.17.83

Processo nº 01.152981.03.74

(Inexigibilidade de Licitação /Chamamento Público 001/2004)

O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, ÓRGÃO GESTOR DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE/SUS-BH, inscrita no CNPJ sob o nº 18.715.383.0001-40, situada na Av. Afonso Pena, nº 2.336 – Bairro Funcionários, BH/MG neste ato representada por seu Secretário Municipal de Saúde, JACKSON MACHADO PINTO, brasileiro, portador da carteira do Conselho Regional de Medicina de MG nº 011.174 - CRM/MG, e inscrito no CPF sob nº 175.498.336-72, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE e a SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BELO HORIZONTE, inscrita no CNPJ sob o nº 17.209.891/0001-93 e CNES nº 0027014, situada na Av. Francisco Sales, nº 1.111 - Bairro Santa Efigênia, CEP nº 30150-221 - BH/MG, neste ato representadas por seu Provedor, SAULO LEVINDO COELHO, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade M-42.598, inscrito no CPF sob o nº 125.014.256-34, em conjunto, gerir e administrar as instituições em tela doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o que dispõe a Constituição Federal, em especial os seus artigos 196 a 200, a Lei Orgânica do Município as Leis 8.080/90 e 8.142/90, as normas gerais da Lei 8.666/93 de Licitações e Contratos Administrativos e respectivas as alterações, Lei nº 12.101/PR, de 27/11/2009 (CEBAS), Decreto nº 7.508 de 28/06/2011, Decreto nº 7.646 de 21/12/2011, Decreto Municipal nº 15.185 de 04/04/2013, Portaria nº 072/2019/SMSA/SUS-BH, Portaria nº 1.097/GM/MS de 22/05/2006, Portaria nº 204/GM/MS de 29/01/2007, Portarias GM/MS nº 2848, de 06/11/07, Portaria nº 1.559/GM/MS de 01/08/2008, Portaria nº 018/SMSA/SUS-BH de 17/09/2010 (100% SUS BH), Portaria nº 4.279/GM/MS de 30/12/2010, Portaria nº 1.459/GM/MS de 24/06/2011, Portaria nº 1.600/GM/MS de 07/07/2011, Portaria nº 3.088/GM/MS de 23/12/2011, Portaria nº 929/GM/MS, de 10/05/2012 (100% SUS MS), Portaria 963/GM/MS de 27/05/2013 (SAD), Portaria nº 3.390/GM/MS de 30/12/2013, Portaria nº 3.410/GM/MS de 30/12/2013, Portaria nº 483/GM/MS de 01/04/2014, Portaria nº 285/GM de 24/03/2015 (Ensino), RDC nº 63/ANVISA de 25/11/2011 e considerando as disposições que se encontram estabelecidas nos Planos Operativos parte integrante deste e as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, resolvem celebrar o presente TERMO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO

Em decorrência do auxílio financeiro emergencial por meio da Lei nº 13.995/2020 que dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União às santas casas e hospitais filantrópicos, sem fins lucrativos, que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS), no exercício de 2020, com o objetivo de permitir-lhes atuar de forma coordenada no combate à **Pandemia da Covid-19** estabelece a transferência a de recursos financeiros do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (MAC) do FNS/MS ao FMS/SUS-BH, em 02 (duas) parcelas, definido pelo Ministério da Saúde sob o critério de rateio para os Estados, DF e Municípios para o controle de forma controlada do avanço da **PANDEMIA COVID-19**.

Parágrafo Primeiro: O repasse da 1ª parcela, estabelecida na Portaria 1.393 GM/MS de 21.05.2020, no montante de R\$ 5.126.874,69 (cinco milhões, cento e vinte e seis mil, oitocentos e setenta e quatro reais e sessenta e nove centavos) à CONTRATADA, encontra-se baseado pelo Ministério da Saúde no quantitativo de leitos SUS cadastrados no Cadastro Nacional de Saúde até 12/05/2020 constantes nos Planos de Contingências dos Estados, Distrito Federal e das santas casas e dos hospitais filantrópicos sem fins lucrativos situados neste Município que possuem presídios, atribuindo proporcionalmente à quantidade de leito do estabelecimento o valor da parcela.

Parágrafo segundo: Este recurso financeiro temporário, desta 1ª parcela, não integra em nenhuma hipótese, o teto da remuneração da prestação de serviços contratualidades.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REPASSE DE REFORÇO EMERGENCIAL

A CONTRATADA deverá aplicar, obrigatoriamente, na aquisição de medicamentos, suprimentos, insumos e produtos hospitalares para atendimentos à população, na aquisição de equipamentos e na realização de pequenas reformas e adaptações físicas para o aumento da oferta de leitos de terapia intensiva, bem como no respaldo ao aumento de gastos que as entidades terão como a definição de protocolos assistenciais

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BELO HORIZONTE, VISANDO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE.

Processo nº: 01.095451.17.83

Processo nº 01.152981.03.74

(Inexigibilidade de Licitação / Chamamento Público 001/2004)

específicos para enfrentar a **Pandemia da Covid-19** e, ainda a contratação dos profissionais de saúde necessários para atender à demanda adicional.

Parágrafo Único: A CONTRATADA deverá prestar contas da aplicação dos recursos ao Fundo Municipal de Saúde/SUS-BH e disponibilizar em sítio oficial específico da rede mundial de computadores (internet) com ampla transparência, observado o disposto na Lei nº 13.995/2020, no art. 4º da Lei 13.979 de 2020 e neste Termo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO CONTRATANTE

A prestação de contas ocorrerá nos termos da cláusula décima primeira do CONTRATO original e por meio do Relatório Anual de Gestão (RAG).

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos orçamentários necessários ao cumprimento das despesas previstas neste termo ficam vinculados à transferência de recursos do Ministério da Saúde advindos da Portaria MS/GM nº 1393/20 para as entidades hospitalares nessas especificadas, correndo à conta de dotação orçamentária consignada no Fundo Municipal de Saúde nº 2302 3401 10 302 203 2894 0001 339039 61 03 50 - Prestação de serviços médico-hospitalares ambulatoriais.

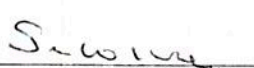
CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais Cláusulas do CONTRATO original, que não colidirem com este TERMO.

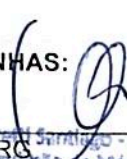
E, por estarem justas e de pleno acordo com as cláusulas e condições ora fixadas, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para os devidos efeitos legais, tudo na presença das testemunhas infra-assinadas.

Belo Horizonte, 29 de maio de 2020


Jackson Machado Pinto
Secretário Municipal de Saúde e Gestor do SUS-BH/FMS


Saulo Levindo Coelho
Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte

TESTEMUNHAS:


Dra. Cristiane Ferreira Santiago - BM 39755-3
*Assinatura/RC
Coordenadora de Regulação Médica e Alta
Complexidade em Saúde
DIRMACS/SMSA/SUS-BH*


Rômulo Dias - BM 39841-5
*Assinatura/RC
CRM 21689 / CPF: 518.413.716-53
Gerente de Controle e Avaliação
GECAV/SMSA/SUS-BH*